

EDITORIAL

É com grande satisfação que estamos publicando o volume 2 da Revista Organização Sistêmica. Nesta etapa, cumprindo a missão da revista, serão abordados temas de relevância, mesmo que não versem exclusivamente sobre o tema central, tem o propósito de enfrentar novos desafios, buscar a consolidação e promover uma permanente atualização das tendências e práticas relativas a questão ambiental.

Inicia-se com Cristiano Mendes e Luz Maria Romero que exploram as potencialidades capazes de gerar mudanças, tendo como base a eficácia do Coaching. Os autores se fundamentam em referências bibliográficas visando demonstrar a importância do Coaching no processo cognitivo como um gerador de grandes transformações ao ser humano, dentre elas, melhoria na qualidade de vida e direcionamento de propósitos, demonstrando que realmente não nascemos prontos.

O artigo em pauta também denota mudanças, segundo Cristiane Ferreira e Luiz Fernando a globalização dos mercados e das economias, tornou imperativa a implantação de modelos e princípios contábeis e financeiros que sejam utilizados por diferentes usuários de informações financeiras em nível mundial, facilitando assim a comparação e consistência dessas informações. O Brasil ingressou definitivamente neste processo a partir de 2007, com advento da Instrução Conselho de Valores Mobiliários (CVM) nº 457. Os autores concluem que adoção de um conjunto de normas contábeis, como as IFRS no Brasil, representa um passo relevante em busca de um nível mais elevado de Governança Corporativa e transparência ao usuário.

Gilson César em seu artigo Tecnologia, Automação e Desemprego no Setor Bancário Brasileiro discute de forma sucinta mais mudanças, desta feita no que se refere a crise atual de emprego e empregabilidade no início deste século, fato bastante evidenciado por diversos setores da economia. O autor atribui à automação dos processos produtivos como sendo um dos fatores responsáveis. O escopo central discutido são as profundas alterações macro ambientais de cunho tecnológico que aconteceram nas duas últimas décadas bem como os impactos causados na

empregabilidade relacionada ao setor bancário. A conclusão do estudo destaca o notável avanço da automação sobre os postos de trabalho e os graves efeitos imputados a esta categoria profissional.

As autoras discutem a importância da implantação de um Manual de Elaboração de Eventos, no intuito de agilizar e padronizar o processo de realização de eventos. O manual sugerido é um instrumento que tem como objetivo regulamentar uma instituição, como forma de nortear os diferentes agentes integrantes do processo, seja na condição de executores ou na condição de usuários. As autoras Silvana de Lima e Helena Guareschi apontam mudanças eficazes em relação à implantação do Manual de Elaboração de Eventos da UTFPR do Câmpus de Francisco Beltrão devido ao aumento das demandas e a necessidade de padronização dos processos visando melhor qualidade dos serviços à comunidade interna e externa. Após a adoção do Manual pelos departamentos envolvidos na realização dos eventos foi possível identificar as melhorias na realização dos processos.

Um estudo panorâmico relacionado às serventias extrajudiciais no Estado do Paraná analisou a evolução histórica e a legislação desses serviços delegados no Brasil segundo análise efetuada por Kellen Medeiros e Armando Dalla Costa. Os autores concluem que no Paraná a situação das serventias é grave, pois existe o alto grau de serviços declarados vagos, aguardando preenchimento por pessoas capacitadas legalmente. Apontam ainda a necessidade premente de o estado regularizar a situação das serventias dado o elevado índice de irregularidades, de serventias vacantes, sem titular habilitado constitucionalmente.

Já Cássia Soares Duarte e Tatiana Souto Maior colocam com muita propriedade que a partir dos anos 70 a educação superior privada sofreu um crescimento desenfreado. Segundo as autoras a preocupação da sociedade e dos gestores diz respeito à qualidade deste ensino. O escopo desta pesquisa envolveu informações sobre a utilização do orçamento público como mecanismo de financiamento da educação superior federal. A coleta dos dados constou de consulta aos bancos de dados da UFG, bem os dados disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC) e outros órgãos sobre orçamento para a educação superior. A conclusão foi a de que apesar do empenho empregado pelo MEC os desajustes ainda são imensos e

discrepantes no ensino superior por todo o país, mesmo com a criação de diversos programas, observa-se que muito ainda há a ser feito.

No artigo “As Transferências Governamentais Obrigatórias da União” os autores apontam duas principais formas de repasse, ou seja, as transferências constitucionais ou obrigatórias / vinculadas, e as voluntárias, comumente conhecidas como convênios, contratos de repasse ou outros ajustes. Além dessas citam ainda as transferências de renda que ocorrem apenas extraordinariamente em casos de calamidade ou de emergência. Em sua análise José Ricardo Tavares Louzada aborda que as transferências constitucionais federais são as que causam maior impacto na programação orçamentária e financeira dos entes federados tendo maior relevância e uma vez ingressadas nos cofres do ente estatal beneficiário tornam-se recursos próprios e serão administradas sob a responsabilidade desses. O autor conclui que tende a haver um crescimento muito significativo do volume de recursos federais a serem transferidos e impõe-se o conhecimento do tema pela sociedade e o estabelecimento de uma melhor gestão local, até mesmo para que se busque um maior equilíbrio entre os valores a serem arrecadados pelos sujeitos ativos das obrigações tributárias.

As pequenas e micro empresas desempenham um papel de fundamental importância no crescimento socioeconômico nacional, mas a maioria dos estabelecimentos que são abertos a todo ano, encerram suas atividades com pouco mais de um exercício social. Nesse sentido, com o intuito de proteger esses tipos de empresas, segundo Raimundo Leal Brito e Silvano Alves, foi criado o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES). Os autores atestam que tal Lei foi introduzida no ordenamento jurídico nacional como um inovador aparelho de amparo e apoio às atividades empresariais de pequeno porte, proporcionando a esse tipo de empreendimento um modelo simplificado de tributação. Com isto concluíram que este instrumento é capaz de reduzir a burocracia, facilitar o acesso ao crédito, inovar nas relações trabalhistas, entre outras vantagens.

Encerra-se com esses artigos o ano de 2012. O sentimento é de dever cumprido para com a comunidade Acadêmica e felicidade por se ter atingido o objetivo de disponibilizar 2 edições.

Parabéns pelo feito à Equipe Editorial, ao Conselho Consultivo, à Pró-Reitoria de Pós Graduação, Pesquisa e Extensão e à Reitoria pelo apoio, mas principalmente vocês nossos autores colaboradores, razão desta revista existir.

Com as felicitações desta Editora

Prof^a. Dr^a. Sonia Bakonyi

Coordenação de Pesquisa e Publicações Acadêmicas

PRO REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER